

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. **Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2015, exceto quando especificado de outra forma.**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2016 foi marcado pela expressiva migração de clientes para o mercado livre, fato este que contribuiu positivamente para o resultado da Companhia e para o aumento de sua receita operacional. Do lado operacional, o ano foi de início das operações da Comercializadora Varejista, em outubro de 2016, em consonância com os avanços do mercado livre e da entrada em vigência do fornecimento de energia em contratos de compra de energia eólica destinados ao mercado livre. Com atuação em todo o território brasileiro, as vendas de energia, que compreendem o suprimento a clientes livres e contratos bilaterais, atingiram 12.362 GWh. Com base em seu histórico de sucesso e no compromisso com a satisfação plena das exigências de seus clientes, a expectativa é de que a Companhia mantenha-se em posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico: Apesar da frustração em relação à atividade econômica em 2015, os Estados globais se mostraram mais promissores em 2016, especialmente no segundo semestre. Mesmo após a baixa eleitoral na sedeagem PMI - Purchasing Managers Index - os dados apontaram uma aceleração nas principais economias avançadas, bastante baseada na redução de estoques e recuperação da manufatura. A ligeira melhora das economias avançadas e o desempenho dentro do esperado da China transformaram indicadores de conjuntura até então sem brilho em expectativas mais promissoras para 2017 e 2018. A mudança da administração nos Estados Unidos e seus desdobramentos é o principal elemento de incerteza do cenário externo. No curto prazo, os estímulos fiscais prometidos pela nova administração podem trazer elevação da confiança privada e expectativas de normalização monetária menos gradual - com juros mais elevados e dólar mais valorizado. Por outro lado, ainda permanecem os riscos de protecionismo e isolacionismo político que, se levados a cabo, poderiam impactar negativamente no comércio e economia mundiais - desequilibrando as condições financeiras globais e o desempenho dos países emergentes. As projeções do FMI para o crescimento global em 2017 e 2018 permaneceram em 3,4% e 3,6%, respectivamente - acima da perspectiva de 3,1% esperada para 2016 - puxadas pela possibilidade de recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento. Em 2016, a economia brasileira seguiu penalizada, com instabilidades na esfera política, continuidade do processo de ajuste fiscal e indicadores de atividade econômica muito fracos. Tais resultados negativos resultaram em queda de, aproximadamente, 7,3% do PIB nos últimos dois anos. A produção industrial caiu 6,6% ao longo de 2016, gerando desemprego e prejuízos em relevantes cadeias industriais, como o segmento automotivo e metal-mecânico. Em 2017, espera-se uma discreta recuperação da atividade industrial, dinamizada, principalmente, pela indústria extrativa (derivados de petróleo e minério de ferro). Os efeitos negativos da crise foram também amplamente sentidos no mercado de trabalho, com, aproximadamente, 3 milhões de postos formais² eliminados, expressiva queda da renda dos trabalhadores e desemprego em alta. A defasagem dos indicadores de emprego e renda em relação ao ciclo econômico são responsáveis pelo terceiro ano consecutivo de renda negativa - penalizando a contribuição do consumo no crescimento econômico. Apesar da continuidade do clima de incertezas, principalmente no cenário político, a inflação projetada para 2017³ está no centro da meta definida pelo governo, o Copom (Comitê de Política Monetária do ¹BCB).

²Cadastro Geral de Empregados (Caged).

³Boletim Focus - 03/março/17.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.415	376.585	195.322	381.014	Fornecedores	13	200.144	336.369	200.196	336.500
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	199.054	242.456	199.411	242.476	Encargos de dívidas	14	503	606	503	606
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10	128	532	-	-	Encargos de debêntures	15	8.926	2.794	8.926	2.794
Tributos a compensar	7	3.516	6.939	3.809	7.415	Empréstimos e financiamentos	14	-	797	-	797
Outros créditos	9	63.208	779	63.240	783	Impostos, taxas e contribuições	16	13.846	8.565	13.851	8.627
Total do circulante		459.322	627.922	461.782	631.688	Controladora	24.2	49.676	-	49.676	-
Não circulante						Dividendo e juros sobre capital próprio	24.2	87.671	42.777	87.671	42.777
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	360	-	360	Obrigações estimadas com pessoal	17	2.218	1.435	2.230	1.435
Coligadas	24	35.659	74.025	35.659	74.025	Outras contas a pagar	17	10.241	7.409	10.844	7.409
Depósitos judiciais	18	632	644	632	644	Total do circulante		373.224	400.752	373.897	400.946
Tributos a compensar	7	2.026	2.137	2.026	2.137	Não circulante					
Derivativos	26	-	2.989	-	2.989	Empréstimos e financiamentos	14	43.682	50.829	43.682	50.829
Créditos fiscais diferidos	8	7.997	4.053	7.998	4.071	Diferíveis	15	392.490	227.706	392.490	227.706
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	180	-	-	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	3.208	509	3.208	509
Outros créditos	9	-	2.386	-	2.386	Derivativos	26	3.403	-	3.403	-
Investimentos	10	404.333	4.206	400.000	4.149	Outras contas a pagar	17	562	69	562	69
Imobilizado	11	4.031	4.149	4.031	4.149	Total do não circulante		443.346	279.113	443.346	279.113
Intangível	12	11.624	11.609	11.783	11.773	Patrimônio líquido	19				
Total do não circulante		466.302	104.353	464.515	100.150	Capital social		2.999	2.999	2.999	2.999
Total do ativo		925.624	731.644	926.296	731.838	Reserva de lucros		27.031	34.911	27.031	34.911
						Dividendo		79.025	13.870	79.025	13.870
						Total do patrimônio líquido		109.054	51.779	109.054	51.779
						Total do passivo e do patrimônio líquido		925.624	731.644	926.296	731.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros		Dividendo	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de retenção para investimento	Reserva de lucros a realizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.999	599	1.431	7.880	52.599	65.508	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	81.929	
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	(52.599)	-	
Destinação do lucro:							
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	(41.176)	
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	(1.883)	(1.883)	
Dividendo proposto	-	-	-	-	13.870	(13.870)	
Reserva de retenção de lucros para investimento	-	-	25.000	-	(25.000)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.999	599	26.431	7.880	13.870	51.779	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	104.235	
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	(13.870)	(13.870)	
Reversão da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(7.880)	-	7.880	
Destinação do lucro:							
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	(30.975)	
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	(1.942)	(1.942)	
Dividendo proposto	-	-	-	-	78.037	(78.037)	
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	988	(1.162)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.999	599	26.431	7.880	79.025	109.054	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13068-140, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora"). A Companhia possui as seguintes participações nas seguintes controladas: **1.1 Controladas Operacionais:** CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (CPFL Meridional), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **CPFL Comercialização Cone Sul S.A.** Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Conjunto 1402 - Sala 03 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - CEP: 04547-005, é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **Sul Geradora Participações S.A.:** Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Conjunto 1402 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - CEP: 04547-005, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. **CPFL Brasil Varejista S.A.:** Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista S.A. ("CPFL Brasil Varejista"), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - Campinas - SP, CEP: 13068-140, sendo uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações contidas nas demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 13 de março de 2017. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 26 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 8 - Créditos fiscais diferidos; • Nota 11 - Imobilizado e redução ao valor recuperável; • Nota 12 - Intangível e redução ao valor recuperável; • Nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; • Nota 20 - Receita operacional líquida; • Nota 21 - Custo com energia elétrica; e • Nota 26 - Instrumentos financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações sobre participações societárias:** As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas, estão descritas no Contexto Operacional (nota 1). **2.6 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

Banco Central) deve reduzir consideravelmente a taxa básica juros ao longo do ano, estimulando a atividade econômica e aliviando o elevado endividamento privado. Com base no cenário de fraqueza da atividade econômica e desafios para a retomada do crescimento, a expectativa de mercado é de pequeno crescimento em 2017³ (+0,5%) e 2,4% em 2018³.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Vendas de energia: as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 12.362 GWh em 2016, o que representou um aumento de 25,2%, devido ao aumento das vendas para clientes finais e em contratos bilaterais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receta operacional:** Em 2016, a CPFL Brasil alcançou receita líquida de R\$ 2.082 milhões, um aumento de 15,9% (R\$ 285 milhões). **Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2016	2015
Lucro Líquido	104.235	81.929
Depreciação e Amortização	3.779	4.527
Resultado Financeiro	(897)	87
Contribuição Social	14.073	10.874
Imposto de Renda	38.766	30.111
EBITDA	159.957	127.529

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 160 milhões, aumento de 25,4% (R\$ 32 milhões), devido principalmente ao aumento de 15,9% (R\$ 285 milhões) na receita líquida, no aumento de 15,2% (R\$ 247 milhões) no custo com energia elétrica e no aumento de 13,9% (R\$ 5 milhões) nos custos e despesas operacionais, onde estão excluídos os gastos com depreciação e amortização. **Lucro Líquido:** Em 2016, a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 104 milhões, aumento de 27,2% (R\$ 22 milhões), refletindo principalmente o aumento de 25,4% (R\$ 32 milhões) no EBITDA, as reduções de R\$ 1 milhão nas despesas financeiras líquidas e de 16,5% nos gastos com depreciação e amortização (R\$ 1 milhão). Esse efeito foi parcialmente compensado pelo efeito negativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 12 milhões). **Endividamento:** no final de 2016, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 449 milhões, um aumento de 60,5%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2016, foram investidos R\$ 3,7 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para todos os seus públicos de relacionamento e mitigar os impactos de suas operações por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos seus negócios. Abaixo estão relacionados os destaques do

exercício: **Plataforma de sustentabilidade:** consiste na ferramenta de gestão da sustentabilidade, integrada ao planejamento estratégico do Grupo CPFL. Contempla: a) Temas relevantes para a condução dos negócios, definidos junto a públicos de relacionamento; b) Avanços de valor relacionadas aos temas; c) Indicadores estratégicos corporativos, com metas de desempenho para o curto e médio prazo. **Comitê de Sustentabilidade:** principal órgão interno de governança da sustentabilidade, também responsável pelo monitoramento da Plataforma. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** em 2015 foi concluída a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial. A versão atualizada do Código de Conduta Ética (nova denominação) foi aprovada pela Diretoria Executiva em novembro de 2015, sendo, na sequência, aprovada pelo Conselho de Administração de sua controladora, a CPFL Energia, em janeiro de 2016, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo. O SGDE foi revisado, incluindo a reestruturação do Comitê de Ética e Conduta Empresarial, que passou a ser formado por cinco membros, sendo dois membros externos independentes. A revisão contemplou o Regimento Interno do Comitê, a implantação de uma Secretaria Executiva de apoio ao Comitê e a contratação de um Canal Externo de Ética, para receber consultas, sugestões e denúncias de natureza ética, que passaram a ser apuradas por uma Comissão de Processamento de Denúncias (CPD). A CPFL também implantou um plano de divulgação e disseminação das diretrizes éticas e um programa de capacitação sobre o SGDE, baseado em *e-learning*, disponível para todos os profissionais e workshops presenciais com os ocupantes de cargos de gestão e liderança. O Comitê realizou 13 reuniões em 2016 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, denúncias e consultas recebidas no período. **Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Brasil atua, destacam-se: (i) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.)** - Em 2016, a CPFL Brasil destinou R\$ 150 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 1 município da área de concessão. O repasse irá apoiar a implementação de plano de ação; (ii) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.)** - Em 2016, a CPFL Brasil destinou R\$ 100 mil ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 1 município para apoiar o Projeto piloto "Cidade para Todas as Idades".

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria: revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) e procedimentos previamente acordados - assecuração de *covenants* financeiros. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia S.A., e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A Administração da CPFL Brasil declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2016. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpf.com.br/ri.

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	20	2.082.488	1.796.617	2.081.761	1.796.617
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	21	(1.876.925)	(1.629.694)	(1.876.951)	(1.629.694)
Custo de operação	22	(14.351)	(12.107)	(14.383)	(12.107)
Lucro operacional bruto					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre o capital próprio reconhecidos são decorrentes do tratamento contábil que também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação. 3.7 Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, onde a Companhia atua como revendedora e os contratos são acordados e mantidos para entrega física de energia. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social: As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Os impostos fiscais diferidos são compostos de: i) créditos de imposto de renda decorrentes de passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. 3.9 Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. 3.10 Base de consolidação: (i) Controladas: As demonstrações financeiras de controle são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. 3.11 Novas normas e interpretações adotadas: Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016: a. Alterações ao IAS 1/CPC 26 - Iniciativa de Divulgações: As alterações ao IAS 1/CPC 26 oferecem orientações com relação à aplicação da materialidade na prática. A aplicação das alterações ao IAS 1/CPC 26 não causou impactos materiais sobre as divulgações e valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. b. Alterações ao IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas: As alterações tratam dos métodos permitidos para contabilização de investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras separadas. Considerando que a Companhia não prepara demonstrações financeiras separadas, a aplicação das alterações ao IAS 27 não causou impactos em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. c. Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação: As alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 tratam da isenção da consolidação de demonstrações financeiras de entidades de investimento para as entidades cuja controlada seja uma entidade de investimento. Considerando que a Companhia não é uma entidade de investimento e não possui controlada, coligada ou controlada em conjunto que se qualifique como entidade de investimento, a aplicação das alterações às IFRS 10, IFRS 12 e ao IAS 28 não causaram impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. d. Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2012 - 2014: A aplicação das alterações não causou impacto relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. 3.12 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou as alterações ou revisadas a seguir: a) IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros: O IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atenuado a mudanças no risco de crédito, daquele passivo seja apresentado em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionado no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos no IAS 39. Por outro lado, esta nova norma introduz especificamente o teste de efetividade de hedge, o qual é aplicado à contabilização de hedge especificamente à ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de risco de uma entidade. Adicionalmente, como a Companhia e suas controladas não aplicam a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças de instrumentos de impairment de ativos financeiros, caso a análise preliminar, a Companhia avalia que os impactos de adoção não serão materiais para suas demonstrações financeiras consolidadas. b) IFRS 15/CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes: A IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - "Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (1) identificação do contrato com o cliente; (2) identificação da obrigação de desempenho de cada contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (5) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que não haverá impacto relevante em suas demonstrações financeiras consolidadas. c) Alterações às IFRS 15 - Reconhecimento de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos sobre perdas não realizadas: Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas. d) Alterações ao IAS 7 - Iniciativa de divulgação: Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação referem-se, principalmente, a transações de natureza de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se somente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações às divulgações de variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A administração da Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas. e) Alterações às IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações: Emitidas em 20 de junho de 2016, as alterações fornecem requisitos para a contabilização de: a) Efeitos das condições vesting e non-vesting na mensuração dos pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro; b) Transações de pagamentos baseadas em ações com um critério de liquidação líquida, para obrigações de retenção na fonte; e c) Uma modificação nos termos e condições de um pagamento baseado em ações que altera a classificação da transação de liquidação em dinheiro para liquidação em ações. As alterações às IFRS 2 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção destas alterações. f) Alterações às IFRS 4 - Aplicação da IFRS 9 - Instrumentos financeiros com a IFRS 4 - Contratos de seguros: Emitida em 12 de setembro de 2016, a alteração trata do impacto de adoção da IFRS 9 em instrumentos de seguros. A IFRS 9 e os Instrumentos Financeiros antes da implementação da nova norma que substituirá a IFRS 4, por potenciais volatilidades temporárias nos resultados reportados. Uma vez que a Companhia não aplica o pronunciamento de seguros, a administração da Companhia avalia que as alterações às IFRS 4 não causarão impactos em suas demonstrações financeiras consolidadas. g) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2014 - 2016: Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Emitidas em 8 de dezembro de 2016, g.1) Alterações às IFRS 1 - Adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para a aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS. g.2) Alterações às IFRS 12 - Divulgação de participação de entidades em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, a participação a participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5. g.3) Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com o IAS 28 por uma organização de capital de risco. Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. - **Imobilizado e Intangível:** O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado em uma transação entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, incluindo o spread de risco para o ativo. - **Ativos e Passivos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI). b) Correspondente de curto prazo em CDI e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,7% do CDI c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos bancários	149	2.366	302	2.489
Aplicações financeiras	193.265	374.220	195.020	378.525
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.278	6.180	1.278	6.180
Certificado de Depósito Bancário (b)	6.939	6.939	6.938	6.938
Fundos de investimento (c)	183	368.040	184.903	372.314
Total	193.415	376.585	195.322	381.046

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do preço de mercado. b) Saldo em aplicação em título público federal com prazo de 90 dias e remuneração de 101,7% do CDI. c) Saldo em aplicação em fundo de investimento em ações de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora				Consolidado			
	Saldos vencidos	até 90 dias	> 90 dias	Total	Saldos vencidos	até 90 dias	> 90 dias	Total
Circulante								
Faturado	136.744	3.723	2.712	143.179	137.942	3.723	2.712	144.377
Parcelamento de débito de consumidores	-	-	-	2.440	-	-	-	2.440
Operações realizadas na CCEE	-	1.562	45	1.607	-	1.562	45	1.607
Concessionárias e permissionárias	56.805	589	7.593	64.987	55.971	589	7.593	64.153
	193.549	5.874	10.350	209.773	193.913	5.874	10.350	210.137
				(10.719)				(10.726)
				6.255				6.262)
				199.054				199.411

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Total Não circulante

Parcelamento de débito de consumidores									360
Total									360

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 31/12/2014	(3.685)	(3.692)		
Provisão revertida (constituída)	(3.012)	(3.012)		
Baixa de contas a receber provisionadas	442	442		
Saldo em 31/12/2015	(6.255)	(6.262)		
Provisão revertida (constituída)	(7.265)	(7.265)		
Baixa de contas a receber provisionadas	2.801	2.801		
Saldo em 31/12/2016	(10.719)	(10.726)		

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	27	23
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	15	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	341	96	401	489
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.863	6.490	1.978	6.550
Programa de integração social - PIS	233	63	247	63
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.078	290	1.141	290
Total	3.516	6.939	3.809	7.415
Não circulante				
IGMS a compensar	2.026	2.137	2.026	2.137
Total	2.026	2.137	2.026	2.137

8. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Crédito de contribuição social				
Diferenças temporariamente indutíveis	2.100	1.056	2.100	1.061
Subtotal	2.100	1.056	2.100	1.061
Crédito de imposto de renda				
Diferenças temporariamente indutíveis	5.897	2.997	5.897	3.010
Subtotal	5.897	2.997	5.897	3.010
Total	7.997	4.053	7.998	4.071

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indutíveis:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
CSLL		
IRPJ	965	563
CSLL	218	174
IRPJ	307	485
Total	2.100	1.061

Diferenças temporariamente indutíveis

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Derivativos

Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)

Outros

Total

8.3 Expectativa de recuperação: A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indutíveis, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal ambos da controladora CPFL Energia. Sua composição é como segue:

	Controladora e Consolidado			
	2016	2015	2016	2015
2017	-	-	2.448	-
2018	-	-	1.928	-
2019	-	-	770	-
2020	-	-	770	-
2021	-	-	770	-
2022 a 2024	-	-	1.095	-
2025 a 2027	-	-	325	-
Total			8.106	

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
157.056	157.056	122.875	122.875	

Lucro antes dos tributos

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:

Equivalência patrimonial

Juros sobre o capital próprio

Outras adições (exclusões) permanentes líquidas

Base de cálculo

Alíquota aplicável

Total

Corrente

Diferido

Total

Lucro antes dos tributos

Ajustes para refletir a alíquota efetiva:

Juros sobre o capital próprio

Outras adições (exclusões) permanentes líquidas

Base de cálculo

Alíquota aplicável

Crédito (Débito) fiscal apurado

Crédito fiscal não constituído

Total

Corrente

Diferido

Débito fiscal não constituído - Trata-se do efeito do imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa de controladas que não foram reconhecidos contabilmente tendo em vista as incertezas em sua realização. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as controladas da Companhia possuem créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados no montante de R\$ 361 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2015). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos -				
Fundação CESP	58	111	58	111
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	27	2.386
Despesas antecipadas	191	168	191	168
Adiantamentos a funcionários	154	142	155	142
Indenizações	56.794	-	56.794	-
Outros	6.012	358	6.015	362
Total	63.209	779	63.240	783

Indenizações - Refere-se aos montantes a receber relativo a indenizações contratuais com a CPFL Renováveis, pela não entrega de compra de energia elétrica no ano de 2016.

10. INVESTIMENTOS

Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial

Pelo patrimônio líquido da controlada

Adiantamento para futuro aumento de capital

Ação de rentabilidade futura

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	199	111	-	-	798	111	-	-
Adiantamentos	4.999	2.787	21	30	4.999	2.787	21	30
Folha de pagamento	724	680	-	-	725	680	-	-
Participação nos lucros	2.512	2.137	159	37	2.514	2.137	159	37
Outros	1.807	1.694	383	3	1.807	1.694	383	3
Total	10.241	7.409	562	69	10.844	7.409	562	69

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	420	287	466	373
Cíveis	69	88	43	82
Fiscais	-	-	-	-
Outras	2.719	255	-	190
	2.719	255	-	190
Total	3.208	632	509	644

As provisões de riscos trabalhistas representado basicamente por jornada de trabalho e vínculo empregatício e as de riscos cíveis representada basicamente por discussões com contratos celebrados entre as partes, foram constituídas pela Companhia com base em avaliação dos riscos de perdas em processos cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2015		Atualização Saldo em 31/12/2016	
	Adições	Reversões	Pagamentos	monetária
Trabalhistas	466	599	(258)	(486)
Cíveis	43	58	(22)	(16)
Fiscais	-	2.505	-	214
Total	509	3.162	(280)	(502)

Perdas possíveis: A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estavam assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	Diferenças salariais, horas extras dentre outros	Principais Causas		
Trabalhistas	5.236	743		
Cíveis	2.703	991		
Fiscais	102.788	107.963		
Regulatório	9.004	7.157		
Total	117.731	116.853		

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível. A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 2.998.565 ações ordinárias, sem valor nominal. **19.1 Reserva de lucro:** O saldo de R\$ 27.031 compreende o saldo das reservas: i) reserva legal de R\$ 600; e ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 26.431. **19.2 Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCPP"):** Na AGO de 20 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de i) constituição de reserva de retenção de lucros para investimentos no montante de R\$ 25.000; e ii) declaração de dividendo no montante de R\$ 13.870. Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia obteve do Conselho de Administração da CPFL Energia as seguintes aprovações: i) realizada em 29 de junho de 2016, foi aprovado juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.942 (R\$ 1.650 líquido do IRRF), sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,647546 (R\$ 0,550414 líquido de IRRF); e ii) em reunião realizada em 31 de agosto de 2016, foi aprovado o dividendo intermediário de R\$ 30.975, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 10,329835. Em 2016 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.601 (líquido de IRRF), quitando os juros sobre o capital próprio complementares declarados em 2015. **19.3 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo: a) declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.162 (R\$ 988 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,387359 (R\$ 0,329255 líquido de IRRF), referente aos resultados do exercício de 2016; e b) declaração de dividendo no montante de R\$ 78.037, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 26,024892 conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício		104.235
Reversão da reserva de retenção de lucros		7.880
Lucro líquido base para destinação		112.115
Dividendo intermediário		(30.975)
Juros sobre o capital próprio intermediário		(1.942)
Base para destinação		79.198
Juros sobre o capital próprio adicional proposto		(1.052)
Dividendo adicional proposto		(78.037)
19.4 Lucro por ação básico e diluído: O cálculo do lucro básico e diluído por ação são idênticos uma vez que a Companhia não possui nenhum efeito dilutivo, sendo apurado para 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 34,76 por ação (R\$ 27,32 por ação em 31 de dezembro de 2015), que foi baseado no lucro líquido atribuível à CPFL Brasil de R\$ 104.235 (R\$ 81.929 em 31 de dezembro de 2015) e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 de 2.998.565 ações. Nos exercícios de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.		

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita de operações com energia elétrica								
Venda de Energia	2.302.468	2.039.732	2.301.667	2.039.732				
Outras receitas e rendas	57.628	632	57.628	632				
Total da receita operacional bruta	2.360.095	2.040.364	2.359.295	2.040.364				
Deduções da receita operacional								
ICMS	(64.579)	(60.461)	(64.579)	(60.461)				
PIS	(38.000)	(32.677)	(37.987)	(32.677)				
COFINS	(175.029)	(150.512)	(174.968)	(150.512)				
IPI	-	(97)	-	(97)				
	(277.608)	(243.746)	(277.534)	(243.747)				
Receita operacional líquida	2.082.486	1.796.617	2.081.761	1.796.617				

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2016 foram vendidos 12.375 GWh (12.366 GWh no consolidado) e em 2015 9.870 GWh (9.870 GWh no consolidado), informações não foram examinadas pelos auditores independentes. As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da desconstrução de energia por parte dos clientes no montante de R\$ 57.270 (R\$ 613 em 2015).

21. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil		GWh (*)		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	71	92	584	32.145	71	92	584	32.145
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	12.310	9.768	2.067.654	1.763.661	12.310	9.768	2.067.654	1.763.661
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(191.312)	(166.112)	-	-	(191.312)	(166.112)
Subtotal	12.381	9.860	1.876.926	1.629.694	12.381	9.860	1.876.926	1.629.694
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	(1)	-	-	-	(1)	-	-
Crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Subtotal	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-
Total	1.876.925	1.629.694	1.876.925	1.629.694				

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora								Consolidado							
	Custo de operação				Despesas Operacionais				Custo de operação				Despesas Operacionais			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Pessoal	13.146	10.637	3.198	2.458	9.930	9.314	-	-	26.273	22.408						
Materiais	104	76	11	8	113	133	-	-	228	218						
Serviços de terceiros	798	609	329	290	5.559	5.679	-	-	6.675	6.577						
Depreciação e amortização	79	414	501	746	3.193	3.368	-	-	3.779	4.527						
Outros	234	371	7.272	3.021	3.561	4.127	25	2.233	11.092	9.753						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.265	3.010	-	-	-	-	7.265	3.010						
Arrendamentos e aluguéis	(13)	(17)	-	-	729	712	-	-	716	695						
Publicidade e propaganda	129	289	-	-	568	850	-	-	697	1.139						
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	779	1.099	-	-	779	1.099						
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	2	116	-	-	2	116						
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	25	2.249	25	2.249						
Outros	118	99	6	11	1.483	1.349	-	(15)	1.607	1.449						
Total	14.351	12.107	11.310	6.523	22.356	22.621	25	2.233	48.042	43.484						

	Controladora				Consolidado			
	Custo de operação		Despesas Operacionais		Custo de operação		Despesas Operacionais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas								
Rendas de aplicações financeiras			16.251	25.102	16.817	25.446		
Acrescimos e multas moratórias			2.713	3.342	2.713	3.342		
Atualização de créditos fiscais			967	697	1.052	709		
Atualização de depósitos judiciais			54	31	54	31		
Juros sobre contratos de mútuo			7.804	13.782	7.804	13.782		
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras			(1.593)	(1.196)	(1.623)	(1.209)		
Outros			8.091	4.207	15.895	4.207		
Total			34.287	45.966	34.908	46.307		
Despesas								
Encargos de dívidas			(13.743)	(33.482)	(13.743)	(33.482)		
Atualizações monetárias e cambiais			(5.433)	(1.416)	(5.433)	(1.416)		
Outros			(14.833)	(11.493)	(14.834)	(11.497)		
Total			(34.010)	(46.391)	(34.012)	(46.395)		
Resultado financeiro			277	(425)	897	(87)		

A rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos de perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 11.475 em 2016 (nota 26).

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como acionista controlador a CPFL Energia, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladoras: **ESC Energia S.A.** Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros. **Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações:** Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petróbrás de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV. **Bonaire Participações S.A.** - Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações. **BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações:** Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativa sobre a Companhia. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Saldo bancário e aplicação financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 5. **b) Venda de energia** - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. **c) Compra de energia** - Refere-se basicamente à aquisição de energia através de contratos de curto ou longo prazo, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração. **d) Prestação de serviços** - Refere-se a consultoria em informática e serviços de telefonia. **e) Arrendamento e aluguel** - Corresponde a compartilhamento da infraestrutura. **f) Contrato de mútuo** - Refere-se a contrato realizados cujas condições contratuais são de 113,5% do CDI com vencimento inicialmente previsto para 15 de janeiro de 2014 e repactuado para 16 de janeiro de 2017. Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 382 (R\$ 745 em 2015). Este valor é composto por R\$ 304 (R\$ 876 em 2015) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 11 (R\$ 27 em 2015) de benefícios pós-emprego e provisão de despesa de R\$ 67 (R\$ 158 de reversão em 2015) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. **24.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:**

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015
Saldo Bancário e Aplicação Financeira								
Banco do Brasil S.A.	73	59	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (*)	-	380.873	-	-	-	-	25.446	306
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	46.159	800	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	-	46.159	-	-	-	6.512
Outras Operações Financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	30	-	9	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	37
Venda de Energia								
Alpargatas S.A. (**)	-							

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	Nota explicativa	Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
31/12/2016								
Fornecedores	13		189.543	10.601	-	-	-	200.144
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	13,51%	501	503	2.957	48.809	-	52.770
Derivativos	26		38	-	226	3.796	-	4.060
Debêntures - principal e encargos	15	14,33%	-	11.657	47.517	302.133	225.596	586.903
Outros	17		39	160	-	-	-	199
Total			190.121	22.921	50.700	354.738	225.596	844.076

27. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são principalmente para compra de energia e são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2016	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipua)	até 21 anos	2.522.753	3.319.040	1.363.476	6.967.758	14.173.027
Fornecedores de materiais e serviços	até 3 anos	2.260	1.908	-	-	4.168
Total		2.525.013	3.320.948	1.363.476	6.967.758	14.177.195

28. GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados à comercialização de energia elétrica. **Estrutura do gerenciamento de risco:** Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. A Diretoria Executiva tem a atribuição de desenvolver os mecanismos para mensurar o impacto das exposições e probabilidade de ocorrência, acompanhar a implantação das ações para mitigação dos riscos e dar ciência ao Conselho de Administração da controladora. Para auxiliá-la neste processo existe: i) o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, com a missão de auxiliar na identificação dos principais riscos de negócios, contribuir nas análises de mensuração do impacto e da probabilidade e na avaliação das ações de mitigação endereçadas; ii) a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável pelo desenvolvimento do modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo CPFL no que tange à estratégia (política, direcionamento e mapa de riscos), processos (planejamento, mensuração, monitoramento e reporte), sistemas e governança. A política de gerenciamento de risco foi

estabelecida para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo. O Conselho da Administração do Grupo no seu papel de supervisão conta ainda com o apoio do Comitê de Processos de Gestão de Riscos na orientação dos trabalhos de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. A Auditoria Interna realiza tanto revisões regulares como *ad hoc* para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias dos acionistas e da Administração. Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a administração tem meios para identificar riscos sobre elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue: **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN") apresentaram uma melhora nos últimos meses, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à redução da demanda verificada nos últimos meses e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga adicionais. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de

Diretoria

DANIEL MARROCOS CAMPOSILVAN Diretor-Presidente	GUSTAVO ESTRELLA Diretor Financeiro	WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS Diretor Administrativo
--	---	---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da CPFL Comercialização Brasil S.A. - **Campinas** - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Comercialização" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individual e consolidada acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Comercialização em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, pois a sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas ou pelas IFRSs, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do**

auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos

sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportado por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Outras transações não envolvendo caixa:		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	180	4.127
Aumento de capital em investidas com dividendo a pagar	500	-

30. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

30.1 Aquisição acionária da controladora CPFL Energia pela State Grid International Development Limited: Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Controladora. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição. Em 23 de novembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que a ANEEL aprovou, naquela data, o pedido de anuência para a transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos acionistas integrantes de seu bloco de controle ("Acionistas Controladores") à State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid"), subsidiária brasileira da State Grid International Development Limited. Esta autorização era a última condição precedente para a ocorrência do fechamento da transação e a consumação da transferência das ações de emissão da CPFL Energia detidas pelos Acionistas Controladores à State Grid. Em 23 de janeiro de 2017, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu, naquela data, correspondência da State Grid Brazil Power Participações Ltda. ("State Grid Brazil") informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petróbrás de Seguridade Social - PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, e certas outras partes. Após a finalização da transação, a State Grid Brazil se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% (556.164.817 ações, diretas ou indiretas) do capital votante e total da CPFL Energia. O preço total pago para a aquisição direta e indireta das ações foi de R\$ 25,51 por ação, totalizando aproximadamente R\$ 14,19 bilhões. Como o fechamento ocorreu em 23 de janeiro de 2017, após todas as condições precedentes serem atendidas, esta transação não gerou impactos na estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

Diretoria de Contabilidade

SERGIO LUIS FELICE Diretor de Contabilidade CT CRC 1SP192767/O-6

ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Christian Canezin
Contador
CRC nº 1 SP 237470/O-9

